



JUSTIÇA FEDERAL
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

SESSÃO DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

SESSÃO DE JULGAMENTO DE 26/04/2021 14:00

Ministro HUMBERTO EUSTÁQUIO SOARES MARTINS

001) 0000720-91.2021.4.90.8000 - 09 - Processo Administrativo Comum

Tipo da Matéria: Indicação de Magistrado para Compor a Turma Nacional de Uniformização.

Partes: Turma Nacional de Uniformização (Interessada) e Tribunal Regional Federal da 2ª Região - TRF2 (Interessado).

Descrição: Referendo da Portaria CJF n. 145/2020, que dispõe sobre a designação de juíza federal, como membro suplente, para compor a Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais, no biênio 2021/2023.

002) 0002203-13.2019.4.90.8000 - 01 - Procedimento Normativo

Tipo da Matéria: Proposta de ato normativo.

Partes: Conselho da Justiça Federal (Interessado) e Justiça Federal de 1º e 2º Graus (Interessada).

Descrição: Proposta de resolução que dispõe sobre o Plano Anual de Contratações de obras, serviços de Engenharia, Tecnologia da Informação, bens e serviços comuns no âmbito do Conselho e da Justiça Federal de 1º e 2º graus.

003) 0000955-46.2021.4.90.8000 - 01 - Procedimento Normativo

Tipo da Matéria: Varas Federais.

Partes: Justiça Federal (Interessada).

Descrição: Proposta de normativo para atualizar a Resolução CJF n. 102/2010, que dispõe sobre a localização das varas federais criadas pela Lei n. 12.011, de 4 de agosto de 2009.

004) 0000870-12.2021.4.90.8000 - 01 - Procedimento Normativo

Tipo da Matéria: Pagamento de Pessoal.

Partes: Justiça Federal (Interessada).

Descrição: Proposta de revogação de dispositivos da Resolução n. 462/2005, que dispõe sobre a centralização das folhas de pagamento de pessoal da Justiça Federal nos Tribunais

Desembargador Federal VICTOR LUIZ DOS SANTOS LAUS

005) 0001156-17.2019.4.90.8000 - 01 - Procedimento Normativo

Tipo da Matéria: Gratificação de Atividade de Segurança - GAS.

Partes: Justiça Federal (Interessada).

Descrição: Proposta de resolução visando à regulamentação do Teste de Aptidão Física - TAF voltado a servidores ocupantes de cargos de Técnico Judiciário - Especialidade Segurança e Transporte no âmbito da Justiça Federal de 1º e 2º graus, para percepção da Gratificação de Atividade de Segurança - GAS.

Desembargador Federal MAIRAN MAIA (voto-vista)

Mesa 001) 0000435-61.2020.4.90.8000 - 02 - Pedido de providência

Tipo da Matéria: Competência Delegada

Partes: Claudionei Slongo (Requerente), Tribunal Regional Federal da 1ª Região - TRF1 (Requerido), Tribunal Regional Federal da 2ª Região - TRF2 (Requerido), Tribunal Regional Federal da 3ª Região - TRF3 (Requerido), Tribunal Regional Federal da 4ª Região - TRF4 (Requerido) e Tribunal Regional Federal da 5ª Região - TRF5 (Requerido)

Descrição: Pedido de providências apresentado pelo advogado Claudionei Slongo, com o objetivo de que os Tribunais Regionais Federais adotem o critério de linha reta das vias pavimentadas para determinar quais comarcas estaduais permanecem com a competência delegada, prevista na Resolução CJF n. 603/2019, em matéria previdenciária.

Mesa 002) 0002799-21.2020.4.90.8000 - CGE - Procedimento de controle administrativo - magistrado

Tipo da Matéria: Procedimento de Controle Administrativo

Partes: Ordem dos advogados do Brasil - Seccional do Paraná (Requerente), Amanda Busetti Mori Santos (Advogada), Cassio Lisando Telles (Advogado) e Tribunal Regional Federal da 4ª Região - TRF4 (Requerido)

Descrição: Procedimento de controle administrativo apresentado pela Ordem dos Advogados do Brasil - Seção Judiciária do Paraná contra a Portaria TRF4 n. 1351/2019, pela qual se publicou a Lista das Comarcas da Justiça Estadual com competência federal delegada, no âmbito da Justiça Federal da 4ª Região, para as causas em que forem parte instituição de previdência social e segurado e que se referirem a benefícios de natureza pecuniária.

Juiz Federal MARCIO LUIZ COELHO DE FREITAS

Secretário-Geral do Conselho da Justiça Federal



Autenticado eletronicamente por **Juiz Federal MARCIO LUIZ COELHO DE FREITAS**,
Secretário-Geral, em 20/04/2021, às 17:56, conforme art. 1º, §2º, III, b, da [Lei 11.419/2006](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no site
[https://sei.cjf.jus.br/sei/controlador_externo.php?](https://sei.cjf.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](https://sei.cjf.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador
0213749 e o código CRC **0A43724C**.